



Estado de Alagoas



Rio Largo

**MUNICÍPIO DE RIO LARGO
GABINETE DO PREFEITO**

Av. Presidente Fernando Afonso Collor de Mello, S/nº,
Bairro Prefeito Antônio Lins de Souza - Rio Largo/AL – CEP 57.100.000
CNPJ: 12.200.168/0001-20



Integrante da
República Federativa
do Brasil

DECRETO N.º 014/2024, 08 DE MARÇO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A MODALIDADE DE
LOTEAMENTO DE ACESSO
CONTROLADO DO LOTEAMENTO
JARDINS BARNABÉ, ADMINISTRADO
PELA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E
PROPRIETÁRIOS DE LOTES DO
LOTEAMENTO JARDINS BARNABÉ
OITICICA E AUTORIZA A
REGULARIZAÇÃO DA GUARITA DE
CONTROLE DE ACESSO EXISTENTE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO LARGO, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o “Loteamento Jardins Barnabé”, formado pelos lotes que integram as quadras 30 a 35, do Loteamento Barnabé Oitica, é conhecido como loteamento estritamente residencial;

CONSIDERANDO que o § 8º, do art. 2º, da Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, incluído pelo art. 78, da Lei Federal n.º 13.465, de 11 de julho de 2017, passou a dispor que “Constitui loteamento de acesso controlado a modalidade de loteamento, definida nos termos do §1º do referido artigo, cujo controle de acesso será regulamentado por ato do Poder Público Municipal, sendo vedado o impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos, não residentes, devidamente identificados ou cadastrados”;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade do estabelecimento de normas e condições para a concessão da permissão para o controle de acesso nos loteamentos, de modo a garantir o bem-estar, a segurança, a mobilidade urbana, a proteção ao meio ambiente e qualidade de vida, não só aos moradores locais, mas a todos os cidadãos, conforme determina a Lei Federal n.º 6.766/1979, em seu §8º, do art. 2º, e regulamenta o Decreto Municipal 12/2024;

DECRETA:





Estado de Alagoas



Rio Largo

MUNICÍPIO DE RIO LARGO
GABINETE DO PREFEITO

Av. Presidente Fernando Afonso Collor de Mello, S/nº,
Bairro Prefeito Antônio Lins de Souza - Rio Largo/AL – CEP 57.100.000
CNPJ: 12.200.168/0001-20



Integrante da
República Federativa
do Brasil

Art. 1º O loteamento administrado pela “Associação de Moradores e Proprietários de Lotes do Loteamento Jardins Barnabé” fica enquadrado na modalidade de loteamento de acesso controlado, nos termos da Lei Federal nº. 13.465/17 e Decreto Municipal nº. 12/2024.

Art. 2º Fica autorizado o fechamento do loteamento administrado pela “Associação de Moradores e Proprietários de Lotes do Loteamento Jardins Barnabé”, por meio de muro ou outro sistema de tapagem admitido pelo Poder Executivo, desde que para fins estritamente residenciais.

Art. 3º Fica autorizada, nos termos da legislação federal vigente e Decreto Municipal nº. 12/2024, a regularização da guarita existente na entrada com o objetivo de manter a segurança do local, controlar o acesso e monitorar a entrada e saída de veículos e pedestres, com a finalidade de desestimular comportamentos ofensivos à ordem jurídica em vigor, em especial, às normas de proteção ao meio ambiente.

Art. 4º A presente permissão administrativa é outorgada gratuitamente por prazo indeterminado, podendo ser revogada a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 180 (cento e oitenta) dias, mediante relevante interesse público justificado.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Largo/AL, 08 de março de 2024.


GILBERTO GONÇALVES DA SILVA
Prefeito de Rio Largo/AL



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO

SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE GOVERNO
DECRETO

DECRETO N.º 014/2024, 08 DE MARÇO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A MODALIDADE DE
LOTEAMENTO DE ACESSO
CONTROLADO DO LOTEAMENTO
JARDINS BARNABÉ, ADMINISTRADO
PELA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E
PROPRIETÁRIOS DE LOTES DO
LOTEAMENTO JARDINS BARNABÉ
OITICICA E AUTORIZA A
REGULARIZAÇÃO DA GUARITA DE
CONTROLE DE ACESSO EXISTENTE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO LARGO, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o “Loteamento Jardins Barnabé”, formado pelos lotes que integram as quadras 30 a 35, do Loteamento Barnabé Oiticica, é conhecido como loteamento estritamente residencial;

CONSIDERANDO que o § 8º, do art. 2º, da Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, incluído pelo art. 78, da Lei Federal n.º 13.465, de 11 de julho de 2017, passou a dispor que “Constitui loteamento de acesso controlado a modalidade de loteamento, definida nos termos do §1º do referido artigo, cujo controle de acesso será regulamentado por ato do Poder Público Municipal, sendo vedado o impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos, não residentes, devidamente identificados ou cadastrados”;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade do estabelecimento de normas e condições para a concessão da permissão para o controle de acesso nos loteamentos, de modo a garantir o bem-estar, a segurança, a mobilidade urbana, a proteção ao meio ambiente e qualidade de vida, não só aos moradores locais, mas a todos os cidadãos, conforme determina a Lei Federal n.º 6.766/1979, em seu §8º, do art. 2º, e regulamenta o Decreto Municipal 12/2024;

DECRETA:

Art. 1º O loteamento administrado pela “Associação de Moradores e Proprietários de Lotes do Loteamento Jardins Barnabé” fica enquadrado na modalidade de loteamento de acesso controlado, nos termos da Lei Federal n.º 13.465/17 e Decreto Municipal n.º 12/2024.

Art. 2º Fica autorizado o fechamento do loteamento administrado pela “Associação de Moradores e Proprietários de Lotes do Loteamento Jardins Barnabé”, por meio de muro ou outro sistema de tapagem admitido pelo Poder Executivo, desde que para fins estritamente residenciais.

Art. 3º Fica autorizada, nos termos da legislação federal vigente e Decreto Municipal n.º 12/2024, a regularização da guarita existente na entrada com o objetivo de manter a segurança do local, controlar o acesso e monitorar a entrada e saída de veículos e pedestres, com a finalidade de desestimular comportamentos ofensivos à ordem jurídica em vigor, em especial, às normas de proteção ao meio ambiente.

Art. 4º A presente permissão administrativa é outorgada gratuitamente por prazo indeterminado, podendo ser revogada

a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 180 (cento e oitenta) dias, mediante relevante interesse público justificado.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Largo/AL, 08 de março de 2024.

GILBERTO GONÇALVES DA SILVA

Prefeito de Rio Largo/AL

Publicado por:

Joelmir Douglas de Lima Pinto

Código Identificador:86FC03EC

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas no dia 12/03/2024. Edição 2255

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/ama/>